



Transição Justa para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil

Modernização das
Políticas Regionais e
Construção de Resiliência
Socioeconômica



Por Sergio Andrade e Cassiele de Moraes

Transição Justa: Para além da energia

A transição justa para uma economia de baixo carbono no Brasil não se limita à transformação do setor energético. Em um país de dimensão continental e com uma economia fortemente ancorada em atividades intensivas em emissões de carbono — como petróleo, gás, mineração, siderurgia e agronegócio — a transição envolve um conjunto de políticas de desenvolvimento econômico que promovam a modernização dos setores produtivos e a resiliência socioeconômica dos territórios afetados. Esse processo requer uma abordagem holística que considere as especificidades regionais e setoriais, a diversificação econômica local e a inclusão social.

Iniciativas como o Plano de Transição Verde do Ministério da Fazenda e o programa Nova Indústria Brasil, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sinalizam uma agenda federal que integra inovação, competitividade e sustentabilidade. Contudo, para que essas estratégias se materializem, é necessário que as políticas públicas de desenvolvimento econômico sejam adaptadas às realidades estaduais e municipais, promovendo um equilíbrio entre a descarbonização, a proteção social e a sustentabilidade econômica.

Este texto busca oferecer um direcionamento estratégico para a modernização das políticas de desenvolvimento econômico e para a resiliência socioeconômica em Estados e Municípios brasileiros fortemente dependentes de setores intensivos em carbono, com especial atenção para as diferentes realidades regionais. A proposta é apresentar um conjunto de estratégias e roteiros para que gestores públicos e privados possam direcionar suas ações de forma integrada e eficiente.

O Contexto Brasileiro: Diversidade de Realidades e Desafios Regionais



O Brasil enfrenta o desafio de conciliar a descarbonização de sua economia com o desenvolvimento econômico e social de suas regiões. Em Estados como o Rio de Janeiro, onde a cadeia de valor do petróleo e gás é responsável por uma parte expressiva da arrecadação fiscal e do emprego, a transição para uma economia de baixo carbono precisa ser cuidadosamente planejada para evitar a perda de receitas e a consequente crise socioeconômica. O mesmo se aplica a Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujas economias são amplamente dependentes do agronegócio — setor responsável por mais de 70% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil, devido à conversão de áreas naturais para pecuária extensiva e ao uso intensivo de fertilizantes.

Dessa forma, a transição justa no Brasil deve se adaptar às características econômicas e sociais dos diferentes Estados e Municípios, criando políticas públicas que promovam a diversificação econômica, a qualificação profissional e a inclusão produtiva em áreas que serão diretamente impactadas pela redução das atividades intensivas em carbono.

Estratégias para a Modernização das Políticas de Desenvolvimento Econômico e Resiliência Socioeconômica

1 Fortalecimento Institucional e Modernização das Políticas Públicas: Planejamento Integrado e Multinível

A criação de marcos regulatórios específicos para a transição justa em setores críticos como petróleo e gás, mineração e agronegócio é fundamental para orientar os investimentos e as ações de modernização. Estados como o Rio de Janeiro, que dependem profundamente da arrecadação de royalties (compensação financeira) de petróleo, devem estabelecer fundos de estabilização fiscal e mecanismos de compensação para lidar com a transição gradual para uma economia de baixo carbono. Esses fundos podem ser utilizados para financiar a diversificação econômica e a requalificação profissional de trabalhadores das cadeias produtivas afetadas.

Nos Estados e Municípios com forte presença do agronegócio, como Mato Grosso, Goiás e Bahia, a modernização das políticas deve incluir a criação de incentivos para práticas agrícolas sustentáveis e a regeneração de áreas degradadas. Políticas de financiamento rural para a conversão produtiva e a adoção de tecnologias de baixa emissão como a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) são essenciais para reduzir as emissões sem comprometer a competitividade do setor.

Planejamento Territorial Integrado: Diversificação Econômica e Desenvolvimento de Clusters

Estados com forte concentração de atividades intensivas em carbono, como Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, devem adotar estratégias regionais de desenvolvimento que promovam a diversificação econômica, investindo em setores de alta intensidade tecnológica e de baixo impacto ambiental. Isso inclui o fortalecimento de clusters industriais voltados para a economia circular, eficiência energética e inovação tecnológica.

Para promover a diversificação econômica em Estados com forte vocação para o agronegócio, é necessário estimular a expansão de cadeias produtivas sustentáveis e integrar setores como o ecoturismo, manejo florestal sustentável e bioeconomia. Incentivos financeiros e fiscais podem ser direcionados para estimular a verticalização das cadeias produtivas, agregando valor aos produtos e aumentando a competitividade regional.

2

3 Inovação Tecnológica e Pesquisa para a Transformação Produtiva

A inovação tecnológica desempenha um papel central na transformação dos setores intensivos em carbono. No setor de petróleo e gás, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (Carbon Capture and Storage - CCS) e a adaptação para o uso de hidrogênio como combustível de transição podem prolongar a viabilidade econômica desses setores enquanto as alternativas de baixa emissão são desenvolvidas.

Para o agronegócio, a pesquisa deve focar no desenvolvimento de tecnologias que permitam a intensificação sustentável da produção com menor uso de insumos químicos e maior eficiência no uso da terra. A adoção de biotecnologias, agricultura de precisão e a melhoria genética de pastagens são estratégias que podem reduzir as emissões sem impactar a produtividade.

4 Capacitação e Requalificação Profissional: Preparação para Novos Períodos Ocupacionais

A capacitação e a requalificação profissional são essenciais para garantir que a transição justa seja inclusiva e que os trabalhadores dos setores intensivos em carbono tenham oportunidades de migração para empregos de baixo carbono. Em Estados como o Rio de Janeiro, onde há forte concentração de empregos diretos e indiretos na cadeia de petróleo e gás, programas de requalificação voltados para a indústria offshore (em alto-mar) de energias renováveis, como a eólica e a solar, podem ajudar a mitigar os impactos econômicos e sociais da transição.

Para regiões com forte vinculação ao agronegócio, a capacitação deve focar em novas práticas produtivas sustentáveis e na adoção de tecnologias de baixa emissão, criando oportunidades para a inserção de trabalhadores em atividades como o manejo de sistemas integrados de produção, silvicultura (plantação de árvores) e serviços ambientais.

4

5

Instrumentos Financeiros e Fundos de Resiliência: Estímulo ao Investimento Sustentável

O uso de instrumentos financeiros como fundos de estabilização, títulos verdes e linhas de crédito para a transição justa é crucial para garantir que os recursos necessários para a modernização dos setores produtivos estejam disponíveis. No caso do Rio de Janeiro, a criação de um fundo soberano alimentado pelos royalties do petróleo pode financiar a transição para atividades econômicas de baixo carbono e proteger o Estado contra flutuações na arrecadação.

Em Estados com economias baseadas no agronegócio, é possível utilizar fundos de desenvolvimento rural e linhas de crédito específicas para apoiar a regeneração de pastagens degradadas, a conversão produtiva para sistemas de produção integrados e a adoção de práticas agrícolas regenerativas.

6

Participação e Diálogo Social: Inclusão de Comunidades e Setores Afetados

A construção de uma transição justa requer o envolvimento ativo de todos os atores sociais, incluindo trabalhadores, sindicatos, empresas e comunidades locais. No caso de regiões com forte dependência do petróleo e gás, como a Bacia de Campos no Rio de Janeiro, é necessário promover o diálogo entre empresas do setor, governos locais e trabalhadores para construir um consenso sobre o futuro econômico da região.

Em áreas de intensa atividade agropecuária, a inclusão das comunidades locais e de pequenos produtores no processo de transição para práticas sustentáveis é essencial para garantir a adesão às novas diretrizes e evitar conflitos socioambientais.

7

Políticas Integradas para Transformação Produtiva e Adaptação

Implementação de políticas de transformação produtiva que combinem eletrificação, digitalização e uso de tecnologias de baixa emissão, especialmente em setores industriais intensivos em energia, como aço e cimento. Apoio a estratégias locais de adaptação climática em Estados e Municípios vulneráveis, com foco em segurança hídrica e recuperação de áreas degradadas.



Modernização das Políticas Locais de Desenvolvimento Econômico e Integração com Iniciativas Globais

A transição justa deve ir além da mitigação de emissões, promovendo transformação estrutural de setores locais e regionais intensivos em carbono. Políticas como o Green Deal, da União Europeia, e o Inflation Reduction Act, dos Estados Unidos, são exemplos valiosos de integração entre políticas fiscais, subsídios e investimentos em inovação tecnológica. O Brasil pode adaptar esses modelos às realidades regionais para promover crescimento sustentável.

Conforme sugerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ampliação de instrumentos financeiros direcionados a projetos de infraestrutura resiliente e inovação verde, como fundos de estabilização econômica e de resiliência climática, pode ajudar regiões fortemente dependentes de atividades intensivas em carbono a se adaptarem a mudanças estruturais. Tais instrumentos devem ser complementados por incentivos à implementação de tecnologias de descarbonização e à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis.

Para modernizar as políticas de desenvolvimento econômico e integrá-las a iniciativas globais, é crucial adotar uma abordagem que equilibre a diversificação econômica com o crescimento sustentável. A construção de políticas modernas deve focar em três pilares principais: diversificação econômica com base em empregos verdes, fortalecimento da resiliência fiscal e adaptação das políticas de trabalho e inclusão produtiva.

Empregos Verdes e Diversificação Econômica

A transição para uma economia de baixo carbono oferece uma oportunidade significativa para gerar empregos em setores verdes, como energias renováveis, agricultura sustentável e tecnologias limpas. O desenvolvimento de cadeias produtivas inovadoras, como a produção de ônibus elétricos, a modernização dos sistemas agroalimentares e a integração de sistemas de bioenergia, pode impulsionar tanto a geração de empregos qualificados quanto a competitividade do país. Essa transição também se alinha às demandas internacionais, permitindo ao Brasil aproveitar mercados emergentes e atrair investimentos verdes que são cada vez mais exigidos pelo mercado global.

Resiliência Fiscal e Planejamento Tributário

A resiliência fiscal de Estados e Municípios deve ser um componente central na modernização das políticas econômicas. Regiões que hoje dependem fortemente da arrecadação de setores intensivos em carbono, como a indústria petrolífera e de mineração, enfrentam o risco de perda gradual de receita à medida que essas atividades diminuírem seu peso relativo na economia. Para mitigar esses impactos e promover maior estabilização em longo prazo é necessário desenvolver mecanismos financeiros alimentados por royalties da mineração ou do petróleo, como no caso do Rio de Janeiro, que possam financiar a transição para novas atividades econômicas e garantir a estabilidade fiscal. Além disso, é essencial revisar os padrões de arrecadação e o planejamento tributário para diversificar as fontes de receita. Isso inclui realizar ajustes progressivos à medida que os setores intensivos em carbono perdem espaço, ao mesmo tempo em que se criam incentivos para atividades econômicas listadas na Taxonomia Sustentável Brasileira. A base tributária deve ser ampliada para integrar novos setores de baixo carbono, promovendo também a formalização de áreas promissoras, como a economia criativa e a economia verde.

Inclusão Produtiva e Requalificação Profissional

A adaptação das políticas de trabalho deve ser central para uma transição justa. É necessário investir em programas de requalificação profissional que capacitem trabalhadores dos setores afetados pela descarbonização para atuarem em setores emergentes, como energias renováveis, bioeconomia e tecnologia limpa. A transição deve ser inclusiva, garantindo que as populações vulneráveis tenham acesso a novas oportunidades produtivas. Políticas que promovam o empreendedorismo em setores verdes e a economia do cuidado são fundamentais para assegurar que a modernização econômica seja também socialmente equitativa.

Insights para Diversificação Econômica em Municípios Dependentes de Atividades Intensivas em Carbono

Com base nos insights e recomendações da literatura nacional e internacional sobre a modernização das políticas locais de desenvolvimento econômico no Brasil, podem ser destacadas as seguintes diretrizes:



Desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis

Municípios dependentes da mineração e do petróleo podem aproveitar o potencial de geração de energias renováveis (solar e eólica) e o desenvolvimento de indústrias de baixo carbono, como a produção de hidrogênio verde e tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCUS). O incentivo ao uso de resíduos industriais e orgânicos para produção de biogás e biometano também pode ser uma estratégia de descarbonização e diversificação.



Economia Digital

O apoio à criação de polos tecnológicos, voltados para o desenvolvimento de fintechs, agritechs e startups de tecnologia, pode impulsionar a transformação digital agregando maior produtividade e competitividade. Atração de investimentos para a infraestrutura digital e capacitação da mão de obra local são elementos essenciais para criar um ecossistema digital vibrante, capaz de gerar novos negócios e empregos de alta qualificação.



Economia Criativa

Municípios com forte dependência de atividades intensivas em carbono também podem diversificar suas bases econômicas investindo em atividades educacionais, culturais, em turismo sustentável e indústrias criativas (como moda e audiovisual). A criação de incentivos fiscais e programas de incubação de negócios para a economia criativa, associada à valorização de patrimônios naturais e culturais, é uma oportunidade para diversificar a economia e promover o desenvolvimento inclusivo.



Investimento em bioeconomia e manejo florestal sustentável

Regiões como a Amazônia Legal têm potencial para desenvolver cadeias produtivas relacionadas à bioeconomia, com ênfase no manejo sustentável de florestas, extrativismo vegetal e serviços ambientais. O fortalecimento dessas atividades deve incluir o apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o fomento a novas cadeias de valor, como a produção de bioinsumos e a indústria de alimentos e cosméticos a partir de produtos florestais.



Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde

O investimento na ampliação do complexo industrial da saúde — que inclui desde a produção de equipamentos e insumos médicos até a gestão de universidades, hospitais e clínicas — pode transformar a realidade econômica local. Isso também promove a melhoria de indicadores de saúde pública e gera empregos locais. O apoio do BNDES para desenvolver parcerias público-privadas (PPPs) e a estruturação de projetos de saúde resiliente e sustentável pode criar uma rede de serviços robusta e economicamente viável.



Economia do Cuidado

A promoção da economia do cuidado, com investimentos na capacitação de profissionais para atuar em serviços de saúde, educação e assistência social, é fundamental para garantir uma transição justa que inclua populações vulneráveis e gere oportunidades de emprego. Programas de apoio à inclusão produtiva e empreendedorismo social podem complementar as políticas de desenvolvimento econômico e proporcionar uma rede de proteção social mais sólida para os territórios em transição.



Apoio à Economia de Impacto

Promover iniciativas de negócios que gerem impactos socioambientais positivos, nos moldes sugeridos pela Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto), relançada em agosto de 2023. Essa abordagem inclui políticas de fomento ao empreendedorismo social, desenvolvimento de infraestrutura e parcerias para fortalecer o ecossistema de inovação e impacto nos territórios em transição.

Ao adotar essas diretrizes, Estados e municípios podem não apenas promover uma transição justa e inclusiva para uma economia de baixo carbono, mas também ajudar o Brasil a posicionar-se como líder global em sustentabilidade e competitividade, fortalecendo as economias locais e contribuindo para a construção de um legado socioeconômico robusto e resiliente.

Abordagens territoriais específicas para Transição Justa

A transição justa para uma economia de baixo carbono exige abordagens territoriais que considerem as particularidades econômicas, sociais e ambientais de cada região. Para garantir que essa transição seja inclusiva e equitativa, é fundamental adaptar estratégias de desenvolvimento que atendam tanto às vulnerabilidades quanto às potencialidades locais. Isso requer a elaboração de planos específicos, com soluções personalizadas para cada contexto, como a criação de incentivos para energias renováveis, o fortalecimento da governança regional, a reforma das políticas de trabalho e inclusão produtiva, além da implementação de mecanismos financeiros que garantam a estabilidade econômica durante todo o processo. Com essas ações, será possível fomentar um crescimento sustentável, diversificado e focado na geração de novos empregos, especialmente em setores verdes e de baixo impacto ambiental, assegurando que nenhum território seja excluído desse processo de transformação.

Regiões produtoras de petróleo e gás

 Rio de Janeiro

- ✓ Desenvolvimento de um plano de transição justa, com ênfase na resiliência dos territórios afetados.
- ✓ Criação de fundo de estabilização para financiar a transição e diversificação econômica.
- ✓ Incentivos para indústrias de energias renováveis, aproveitando infraestrutura existente e mão de obra qualificada.
- ✓ Adoção de políticas e instrumentos de diversificação econômica. Criação ou fortalecimento de instituições com o propósito de incubar e acelerar novos negócios em setores portadores de futuro.

Estados do Agronegócio

 Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná

- ✓ Implementação de programas de redução de emissões, com foco em práticas regenerativas e rastreabilidade de cadeias produtivas.
- ✓ Fortalecimento da governança regional de inovação e pesquisa em agricultura sustentável, incluindo setor privado, universidades, sociedade civil e governos.
- ✓ Estabelecimento de instrumentos de financiamento para regeneração de pastagens e adaptação climática.
- ✓ Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural (ATER) voltada para agricultura de baixo carbono (Plano ABC Plus).
- ✓ Criação de políticas locais para tratar da adaptação climática e seus efeitos econômicos

Regiões com Atividades de Siderurgia e Mineração

 Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão

- ✓ Implementação de tecnologias para substituição de fontes energéticas por alternativas mais limpas.
- ✓ Estabelecimento de planos e mecanismos financeiros para fortalecer a resiliência e diversificação econômica em territórios dependentes da mineração.
- ✓ Criação de clusters industriais sustentáveis e incentivo à verticalização da cadeia produtiva para agregar valor ao minério e ao aço. Criação de agências de desenvolvimento local.
- ✓ Construção de infraestruturas que oportunizem legados econômicos envolvendo apoios da iniciativa privada.

Transição Justa na Amazônia

Amazônia legal

- ✓ Fortalecimento de governança regional integrada, multissetorial e representativa, capaz de formular e monitorar planos de desenvolvimento econômico adaptados aos respectivos contextos socioeconômicos da Amazônia.
- ✓ Promover agropecuária de baixo carbono e desenvolver cadeias de produtos da sociobiodiversidade, focando na manutenção da floresta em pé, recuperação de áreas degradadas, redução de emissões e rastreabilidade com o objetivo de ampliar a produtividade rural e oportunizar acesso a mercados.
- ✓ Ampliar a conectividade digital de alta velocidade e construir infraestruturas resilientes às mudanças climáticas, visando expandir os mercados para produtos da sociobiodiversidade e promover legados socioeconômicos duradouros, com apoio público e participação ativa do setor privado.
- ✓ Fomentar centros de inovação tecnológica que promovam a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços com base nos recursos naturais, além de clusters industriais sustentáveis integrando bioeconomia, energia limpa e tecnologias verdes para gerar inovação e inclusão social nas regiões amazônicas.
- ✓ Criar mecanismos de incentivo e financiamento que apoiem a diversificação das atividades econômicas ligadas à sociobiodiversidade, reduzindo a dependência de atividades de alto impacto ambiental e promovendo a geração de empregos verdes.

Implementação das Diretrizes

Para implementar essas diretrizes, recomenda-se a criação de planos de transição justa em nível estadual e municipal, que integrem políticas de diversificação econômica com as metas nacionais de descarbonização e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Esses planos devem ser elaborados em diálogo com todos os atores envolvidos — governos locais, setor privado, trabalhadores e sociedade civil — e estar alinhados com os programas federais, como o **Plano de Transição Verde** e o **Nova Indústria Brasil**.

Por fim, a modernização das políticas de desenvolvimento econômico locais e regionais no Brasil deve ser vista como uma oportunidade para transformar a realidade dos territórios dependentes de atividades intensivas em carbono. Ao promover a economia verde, a economia criativa, a bioeconomia e setores estratégicos como a economia digital e a saúde, o Brasil pode não apenas descarbonizar sua economia, mas também criar novas bases de crescimento econômico sustentável e inclusivo, consolidando-se como uma referência global na promoção de uma transição justa e integrada.

Referências Internacionais

International Labour Organization (ILO)

Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All. ILO, 2015.

Global Employment Trends for a Just Transition: Towards Environmentally Sustainable Economies and Societies. ILO, 2019.

World Employment and Social Outlook 2023: Just Transitions in Practice. ILO, 2023.

United Nations Environment Programme (UNEP)

Global Environment Outlook – GEO-6: Healthy Planet, Healthy People. UNEP, 2019.

Emissions Gap Report 2022. UNEP, 2022.

Greening the Blue Report 2022: The UN System's Environmental Footprint and Efforts to Reduce It. UNEP, 2022.

World Bank

World Development Report 2022: Reshaping Economic Geography for a Green and Just Transition. World Bank, 2022.

Building Resilience and Supporting Green Inclusive and Resilient Transitions. World Bank, 2023.

World Resources Institute (WRI)

Synthesis Report on the New Economy of Brazil. WRI Brasil, 2023. Disponível em: WRI Brasil.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)

Economic Outlook for Southeast Asia, China and India 2023: Towards Green and Just Transitions. OECD, 2023.

Aligning Development Co-operation and Climate Action: The Only Way Forward. OECD, 2021.

European Commission

A Clean Planet for All: A European Strategic Long-Term Vision for a Prosperous Modern Competitive and Climate Neutral Economy. European Commission, 2018.

European Green Deal. European Commission, 2019.

International Monetary Fund (IMF)

Macroeconomic and Financial Policies for Climate Change Mitigation: A Review of the Literature. IMF, 2022.

Fiscal Policies for Paris Climate Strategies—from Principle to Practice. IMF, 2020.

Referências em Português

Agenda Pública

Recuperação Econômica Inclusiva: Um Guia com Boas Práticas e Soluções para Municípios com Referências e Aprendizados. Agenda Pública, 2021. Disponível em: [link](#).

Por uma Agenda de Crescimento Econômico Inclusivo. Agenda Pública, 2020. Disponível em: [link](#).

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe no Pós-COVID-19: Contribuição ao Debate de Políticas Públicas para a Recuperação com Igualdade e Sustentabilidade. CEPAL, 2021.

O Grande Impulso para a Sustentabilidade: Planejamento, Governança e Marcos de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe. CEPAL, 2022.

Transformações para a Sustentabilidade no Brasil: Economia Verde e Inclusiva. CEPAL, 2020.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Clima e Desenvolvimento: A Contribuição do BNDES para uma Transição Justa. BNDES, 2022. Disponível em: [BNDES](#).

Relatório de Sustentabilidade 2023. BNDES, 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Transição Energética e Descarbonização no Brasil: Desafios e Oportunidades para um Futuro Sustentável. IPEA, 2022.

Mudança do Clima e Política Industrial: Estratégias para a Economia de Baixo Carbono no Brasil. IPEA, 2021.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Transição para uma Economia de Baixo Carbono: Contribuições para a Construção de Políticas Públicas no Brasil. CNI, 2021.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Sustentabilidade e a Transição Verde. MCTI, 2023.

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Relatório de Avaliação do Impacto Climático no Brasil. MCTI, 2022.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023. Disponível em: [Enimpacto](#).

Ministério da Fazenda

Plano de Transição Ecológica: Descarbonização e Competitividade. Ministério da Fazenda, 2023.

Programa Nova Indústria Brasil: Estratégia de Desenvolvimento Industrial Sustentável. MDIC, 2023.

Nações Unidas

Acordo de Paris. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), 2015. Disponível em: [UNFCCC](#).

Realização:



Co-patrocínio:

